

DE FATO E DE DIREITO: O QUE ESTAMOS PESQUISANDO



Neste espaço o leitor encontra reunidas as ementas aprovadas pelos professores dos campi Florianópolis e Tubarão. Tratam-se de trabalhos monográficos de conclusão de curso dos alunos da UNISUL, considerados pelos professores orientadores e membros de banca, sob a chancela dos coordenadores da área, como destaque, em função da qualidade de pesquisa e metodologia, além da perfeição textual diretamente supervisionada e revisada pelos orientadores de cada tema.

ANÁLISE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E DE SANTA CATARINA ACERCA DO INADIMPLEMENTO DA PRESTAÇÃO ALIMENTAR DOS PAIS EM RELAÇÃO AOS FILHOS MENORES

Acadêmica: Alice Menezes da Silva

Orientadora: Terezinha Damian Antonio

Examinador: Cristiano José da Rosa Berkenbrock

Examinador: Heitor Wensing Júnior

E-mail: amenezess@hotmail.com

Resumo: Analisar as decisões dos Tribunais de Justiça dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina acerca do inadimplemento da prestação alimentar dos pais em relação aos filhos menores, no período entre 01/10/2017 a 01/10/2019. A pesquisa restou classificada quanto ao seu nível em exploratória, uma vez que busca compreender com maior familiaridade o problema de pesquisa; quanto à abordagem, qualitativa, ante a análise do conteúdo jurisprudencial; e no que tange ao procedimento de coleta de dados, em bibliográfica e documental, diante das informações extraídas de doutrinas, livros, jurisprudências e da legislação. Os alimentos estão intimamente relacionados com o princípio da dignidade da pessoa humana, e estes buscam satisfazer as necessidades vitais, promovendo além do sustento, a manutenção social e moral de quem os percebe. Foi salientado que estes decorrem da obrigação alimentar, esta baseada na relação de parentesco e da solidariedade familiar, ou do dever de sustento, decorrente do poder familiar. Demonstrou-se que a satisfação dos alimentos se dá das seguintes formas: mediante ação judicial de título executivo extrajudicial visando a cobrança pelo rito da prisão (CPC 911); ação judicial de título executivo extrajudicial, pelo rito da expropriação (CPC 913); cumprimento de sentença ou decisão interlocutória para a cobrança de alimentos pelo rito da prisão (CPC 528); e cumprimento de sentença ou decisão interlocutória para a cobrança dos alimentos pelo rito da expropriação (CPC 530). Foram apontadas medidas restritivas diversas da prisão civil aplicadas ao devedor de alimentos. Foram analisados 12 (doze) acórdãos, sendo 6 (seis) de cada Tribunal, os quais versavam sobre ação de execução de alimentos ou de cumprimento de sentença, e que continham justificativas proferidas pelo devedor de alimentos acerca do inadimplemento do encargo alimentar. Tais justificativas foram baseadas no tocante à saúde do devedor de alimentos, à dificuldade financeira, está atrelada ao desemprego e constituição de nova família. Da análise jurisprudencial, denota-se que o posicionamento dos Tribunais de Justiça dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina acerca da prestação alimentar dos pais em relação aos filhos menores é minoritário em relação à aceitação de justificativas para afastar a prisão do devedor de alimentos.

Palavras-chave: Alimentos. Inadimplemento. Prisão Civil. Jurisprudência.

O IDOSO COMO VÍTIMA DA ALIENAÇÃO PARENTAL: UM ESTUDO ACERCA DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO POR ANALOGIA DA LEI Nº 12.318 DE 26 DE AGOSTO DE 2010

Acadêmica: Ana Isadora Broering

Orientadora: Deisi Cristini Schweitzer

Examinadora: Carolina Aragão de Santana

Examinador: Denis de Souza Luiz

E-mail: anaibroering@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso possui como objetivo analisar a pessoa idosa como vítima da Alienação Parental, questionando-se, neste caso, se o resguardo a referido ato alienatório, pode ocorrer através da aplicação por analogia da Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010. Objetivando o desenvolvimento da questão objeto de estudo, utilizou-se o emprego do método de abordagem dedutivo e qualitativo, valendo-se do uso do procedimento monográfico e da técnica de pesquisa bibliográfica. No decorrer da pesquisa, através do primeiro capítulo do desenvolvimento, buscou-se apresentar o conceito de família e de direito de família, as principais espécies dos institutos familiares e os princípios relevantes do direito de família. Por conseguinte, apresentou-se a definição conceitual da Alienação Parental, a lei que a regulamenta, os sujeitos de sua conduta e a Síndrome da Alienação Parental. Ao final, fora contextualizado o idoso no ordenamento jurídico brasileiro, apresentando a definição conceitual da pessoa idosa, seus direitos nas disposições constitucionais e infraconstitucionais e a vulnerabilidade do idoso e a sua equiparação à criança, desenvolvendo-se por último, o questionamento acerca da possibilidade do idoso ser uma possível vítima da prática da Alienação Parental. Nesse cenário, pôde-se concluir que a pessoa idosa pode ser vítima da Alienação Parental, sendo aplicada por analogia a Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010, resguardando a proteção de seus direitos, principalmente à convivência familiar e à afetividade, promovendo a sua dignidade e a sua proteção integral.

Palavras-chave: Família. Alienação Parental. Idoso. Vulnerabilidade.

A NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE LAJE: DIREITO REAL SOBRE A COISA PRÓPRIA E/OU DIREITO REAL SOBRE COISA ALHEIA?

Acadêmico: André Luiz Dal Grande

Orientador: Deisi Cristini Schweitzer

Examinador: Jeferson Puel

Examinador: Eliana Becker

E-mail: aldg5875@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como tema verificar a natureza jurídica do Direito Real de Laje, analisando como sendo direito real sobre a coisa própria e/ou direito real sobre coisa alheia. Nessa linha, verificar o entendimento dos doutrinadores brasileiros acerca do referido é a essência do presente trabalho monográfico. No decorrer da pesquisa são abordados os mais variados assuntos, como o instituto da propriedade, conceitos e elementos constitutivos, características, função social e as formas de aquisição e perda, dada maior ênfase à propriedade imóvel. De outra banda, procurou-se abordar os direitos reais sobre coisas alheias delineando suas modalidades, passando pelos direitos reais de gozo e fruição, mencionando os aspectos em relação à enfiteuse, superfície, usufruto, uso, servidão, habitação, concessão especial de uso e concessão especial para fins de moradia. Já em relação aos direitos reais de garantia, foram analisados os institutos do penhor, hipoteca e anticrese e, em seguida, o direito real de aquisição, direito do promitente comprador. Por fim, o estudo do direito real de laje, abordará o histórico e a sociedade, seus atributos e características, analisando o entendimento dos doutrinadores sobre o direito real de laje ser um direito sobre coisa própria ou sobre coisa alheia, resultante das inovações trazidas pela Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Assim, o objeto monográfico tem por objetivo verificar a natureza jurídica do direito real de laje, podendo este ser um direito real sobre coisa própria ou sobre coisa alheia. Para a elaboração da pesquisa utiliza-se o método de abordagem dedutivo, com método de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa a bibliográfica e documental. Verificou-se que o direito real de laje tem características e atributos do direito real de propriedade na visão de alguns doutrinadores e entendimentos de direito real sobre a coisa alheia na visão de outros, não havendo um consenso sobre o tema.

Palavras-chave: Posse. Propriedade. Direitos reais de coisa própria, Direito reais sobre coisa alheia. Direito real de Laje.

CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE BENS IMÓVEIS GRAVADOS COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA PREVISTA NOS ARTIGOS 26 E 27 DA LEI N. 9.514/1997

Acadêmica: André Viana do Nascimento

Orientador: Ricardo Willemann

Examinador: Gisela Fogaça

Examinador: Tonison Rogério Chanan Adad

E-mail: andre.nascimento4@unisul.br

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar a constitucionalidade da execução extrajudicial de bens imóveis gravados com alienação fiduciária prevista nos artigos 26 e 27 da Lei n. 9.514/1997 frente aos princípios constitucionais do devido processo legal e da inafastabilidade da jurisdição. Para tanto, foi realizada pesquisa de nível exploratório, com abordagem qualitativa e coleta de dados bibliográfica e documental. A partir disso, foram encontradas opiniões diversas na doutrina a respeito do tema debatido, com argumentos bem fundamentados tanto daqueles que clamam pela inconstitucionalidade, quanto dos que defendem a conformidade do procedimento com a Constituição Federal. Por fim, concluiu-se que o procedimento é plenamente constitucional, haja vista principalmente que o fiduciante, em se sentindo prejudicado, pode exercer suas garantias ao contraditório e a ampla defesa através de demanda judicial por ele intentada quando entender pela abusividade dos atos ocorridos de forma extrajudicial, contestando, por exemplo, a inexistência de mora ou a ilegalidade do leilão. Ademais, restou claro que inexistente função jurisdicional exercida pelo oficial de Registro de Imóveis, na medida em que esse simplesmente registra a ocorrência da mora e consolidada a propriedade em favor do fiduciário.

Palavras-chave: Direito constitucional. Direito civil. Alienação fiduciária em garantia. Execução.

DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 5097 E 5911 E A JUDICIALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE ESTERILIZAÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Acadêmica: Anike Wronski Damiani

Orientador: Cristiano de Souza Selig

Examinador: Paulo da Silva Filho

Examinador: Josias Machado Severino

E-mail: anikewd@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo identificar as controvérsias judiciais decorrentes da Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996, conhecida como Lei de Planejamento Familiar (LPF) por intermédio da análise dos fundamentos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5097 e 5911 e das causas de pedir das ações que tramitam no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Assim, realizou-se uma pesquisa em nível exploratório e de abordagem qualitativa, onde a coleta de dados se deu por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Além das ADIs 5097 e 5911, foram selecionados 16 julgados do TJSC, com decisões proferidas no período de 05/09/2009 a 05/09/2019. Verificou-se que na ADI nº 5097 o fundamento da inconstitucionalidade baseia-se na exigência de consentimento do cônjuge para a realização do procedimento de esterilização. Entendem os postulantes que, atualmente, o conceito de família dissociou-se do escopo reprodutivo, de modo que tal requisito se mostra ultrapassado. Defendem que a intervenção do Estado deverá ocorrer de forma excepcional, como última ratio, uma vez que deve sempre prevalecer a regra da liberdade do indivíduo no âmbito da família. Quanto à ADI nº 5911, além do tema previsto na ADI 5097, os postulantes entendem como inconstitucional o requisito etário de 25 anos e número mínimo de 2 filhos vivos para aqueles que desejam se submeter à esterilização. Aduzem que se trata de medida desproporcionalmente restritiva ao exercício da liberdade de escolha dos direitos reprodutivos e sexuais. Por outro lado, as controvérsias judiciais que tramitam no TJSC envolvendo a LPF, em sua grande maioria, relacionam-se com o prazo de 60 dias entre a manifestação de vontade e a realização da esterilização e com a vedação da esterilização durante o parto/aborto. Por fim, percebe-se que os fundamentos das duas ADIs analisadas não são compatíveis com os fundamentos das ações que tramitam no TJSC. No mais, diante da pesquisa elaborada observou-se um contrassenso entre a grande carga de responsabilidade que é imposta às mulheres pelo controle contraceptivo e a burocratização para a realização dos procedimentos de esterilização. Indaga-se, nesse sentido, se tal burocratização atinge apenas as mulheres, e qual a participação dos homens no planejamento familiar? De todo modo questiona-se também a constitucionalidade da LPF no que diz respeito ao requisito temporal de 60 dias entre a manifestação de vontade e a realização do procedimento de esterilização, bem como a vedação da esterilização durante o parto/aborto tendo em vista a ofensa ao princípio da dignidade humana, autonomia de vontade e ao direito ao livre planejamento familiar.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Planejamento familiar. Esterilização.

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE: A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA DO CONSENTIMENTO DO CÔNJUGE PARA A ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA

Acadêmica: Ariane Maria Martins

Orientadora: Patrícia Rodrigues de Menezes Castagna

Examinadora: Dagiê Colaço

Examinador: Dênis de Souza Luiz

E-mail: arianemariamartins@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar a possível (in)constitucionalidade do parágrafo quinto do artigo 10 da Lei n. 9.263/1996, que determina que a pessoa interessada na esterilização voluntária depende do consentimento expresso do seu cônjuge. Trata-se de pesquisa de metodologia dedutiva e qualitativa, uma vez que se parte do estudo da Lei do Planejamento Familiar e da Constituição Federal a fim de identificar-se a (in)constitucionalidade do dispositivo legal acima citado. A técnica adota é bibliográfica e documental, em razão de serem utilizadas doutrinas, artigos científicos, periódicos e a legislação. Concluiu-se, por meio desta pesquisa, que a exigência do consentimento do cônjuge para a esterilização voluntária, estabelecida na Lei do Planejamento familiar, fere princípios assegurados pela Constituição Federal e tratados internacionais, sobretudo os princípios da dignidade da pessoa humana e da liberdade.

Palavras-chave: Esterilização Voluntária. Consentimento do Cônjuge. Autonomia. Constitucionalidade.

A CONCILIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES: ATUAÇÃO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSC) DA COMARCA DE TUBARÃO/SC

Acadêmico: Egleston Gabriel Rosa Lanzzarin

Orientador: Wilson Leonel

Examinador: Renato Muller Bratti

Examinador: Erivelton Alexandre Mendonça Fileti

E-mail: eglestonlanzarin@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa monográfica tem por objetivo analisar a efetividade da atuação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca de Tubarão/SC na pacificação de conflitos familiares. Para isso, realizou-se uma pesquisa de natureza exploratória, com abordagem quantitativa, qualitativa e documental. Foram analisados 688 termos de audiência de conciliação na fase processual no período de março a dezembro de 2018. Ainda, foram utilizados formulários para catalogação dos termos e entrevistas com conciliadores e magistrados. O estudo constatou que o CEJUSC obteve um índice de 75% de êxito nestas audiências, sendo eficaz na percepção dos conciliadores e magistrados atuantes no órgão, visto sua atuação na pacificação dos conflitos familiares. Desta forma, conclui-se que o CEJUSC da comarca de Tubarão/SC é um órgão eficaz para a duração razoável do processo e para pacificação dos conflitos familiares, atingindo os objetivos propostos pela Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Palavras-chave: Direito de Família. Poder Judiciário. Conciliação.

A NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DOS EMPREGADOS PÚBLICOS NAS EMPRESAS ESTATAIS

Acadêmico: Bruno Leôncio Martins

Orientador: Julian de Freitas Salvan

Examinador: Denis de Souza Luiz

Examinadora: Dagliê Colaço

E-mail: brunomartins312@gmail.com

Resumo: A Constituição Federal de 1988 definiu que o regime de contratação, exercício e dispensa de pessoal para empresas estatais (sociedades de economia mista e empresas públicas) seria o mesmo das empresas privadas, ou seja, o constante na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Neste regime é possível que o empregador dispense o empregado sem justa causa, desde que haja o pagamento de verba indenizatória. Todavia, as empresas estatais são integrantes da Administração Pública Indireta e são afetadas por normas de Direito Público, como a necessidade de preenchimento de cargos e empregos públicos por prévio concurso público, os princípios administrativos, explícitos na Constituição (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) ou em legislação infraconstitucional, dentre estes, o princípio da motivação. Desta forma, este trabalho Acadêmico tem como objetivo geral verificar a necessidade de motivação do ato administrativo de dispensa sem justa causa de empregado público admitido pelo regime celetista em empresas públicas e sociedades de economia mista. São objetivos específicos, apresentar a estrutura da Administração Pública e as diferentes classificações e regimes jurídicos aplicáveis aos agentes públicos, discorrer acerca dos atos e princípios administrativos e demonstrar entendimentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o tema. Para elaboração deste trabalho foram utilizados os métodos de abordagem qualitativo e dedutivo. Quanto ao procedimento, foi utilizado o método monográfico, e a técnica de pesquisa foi a bibliográfica, em doutrinas e jurisprudências. Atualmente, a maior parte da doutrina trabalhista e administrativa acredita ser necessária a motivação na dispensa dos empregados públicos, diferindo do entendimento majoritário da jurisprudência, que possibilita a dispensa imotivada. Entretanto, nos últimos anos, alguns julgados das cortes superiores apresentaram diferenciação entre o regime jurídico de empresas que prestam serviço público das que exercem atividade econômica, sendo que naquele regime a motivação para dispensa foi considerada necessária.

Palavras-chave: Empregados Públicos. Empresas Estatais. Dispensa Imotivada.

O DIREITO PÚBLICO DE ACESSO À NATUREZA COMO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Acadêmico: Carlos Diego Hartmann

Orientador: Alexandre Botelho

Examinador: Fabiano Zoldan

Examinador: Marcelo Naschenweng

E-mail: carlosdiego.hartmann@gmail.com

Resumo: O objetivo da presente pesquisa é verificar se o Direito Público de Acesso à Natureza pode ser uma forma de exercício da função social da propriedade. O método de abordagem é o dedutivo, partindo do Direito de Propriedade para chegar na análise do Direito Público de Acesso à Natureza à luz da função social da propriedade, e de natureza qualitativa buscando compreender o Direito Público de Acesso à Natureza como exercício da função social da propriedade no contexto do direito de propriedade. O método de procedimento adotado é o monográfico. As técnicas de pesquisa são a bibliográfica, com base em doutrina e artigos; e a documental, sobre a legislação brasileira e a inglesa. No âmbito do presente trabalho entende-se que a função social da propriedade, conforme previsão no art. 5º, XXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, mitiga o direito de propriedade, possibilitando a imposição de limitações aos interesses particulares do proprietário em favor dos interesses comuns. O Direito Público de Acesso à Natureza, conforme o Countryside and Rights of Way Act 2000, existe na Inglaterra e País de Gales como um direito positivado que permite o acesso para fins recreativos de terceiros não-proprietários a determinadas propriedades rurais privadas, sem consentimento expresso do proprietário. Concluiu-se que o Direito Público de Acesso à Natureza pode ser considerado como uma forma de exercício da função social da propriedade, uma vez que a propriedade continua sendo privada, mas, ao permitir o acesso de terceiros não-proprietários, garante a realização do interesse comum, que se dá pelo acesso à natureza.

Palavras-chave: Direito de Propriedade. Função Social da Propriedade. Direito Público de Acesso à Natureza.

A RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA DECORRENTE DO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE

Acadêmico: Cassiane Manoel Coelho

Orientador: Patrícia Russi de Luca

Examinador: Deisi Cristini Schweitzer

Examinador: Gisele Rodrigues Martins Goedert

E-mail: cassianenany@gmail.com

Resumo: As diretivas antecipadas de vontade representam grande avanço para a medicina e o biodireito, pois possibilitam ao paciente manifestar a sua vontade no que diz respeito aos tratamentos e cuidados que deseja ou não ser submetido em um futuro momento de terminalidade da vida em que esteja incapaz. Por esse motivo, a presente monografia tem por escopo verificar a possibilidade de responsabilização civil médica, decorrente do descumprimento de uma diretiva antecipada de vontade, considerando a dignidade da pessoa humana, a autonomia da vontade do paciente, a vedação constitucional a qualquer tratamento desumano ou degradante e as resoluções do Conselho Federal de Medicina. Nesse âmbito, são verificados conceitos atinentes ao instituto das diretivas antecipadas de vontade, perpassando pelas concepções gerais de responsabilidade civil e concluindo-se que, ficando caracterizados os pressupostos da responsabilidade civil, o médico deve ser responsabilizado subjetivamente. Para tanto se utiliza do método dedutivo, com técnica de pesquisa bibliográfica, por meio de consulta a doutrinas, artigos, legislações, resoluções do Conselho Federal de Medicina e jurisprudências.

Palavras-chave: Diretivas antecipadas de vontade. Responsabilidade civil. Médico.

A UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO MEIO DIGITAL E A (IM)POSSIBILIDADE DE LESÃO AO DIREITO À PRIVACIDADE

Acadêmico: Hendri Nogueira

Orientador: Jeferson Puel

Examinador: Wânio Wiggers

Examinador: Luciana Faisca Nahas

E-mail: jimihendri@gmail.com

Resumo: O presente estudo tem por objetivo demonstrar em que hipóteses a utilização de dados pessoais caracteriza lesão ao direito à privacidade. Utiliza-se como método de abordagem o de pensamento dedutivo e de natureza qualitativa, viabilizado por meio do procedimento monográfico. A técnica de pesquisa adotada é a bibliográfica, com base em doutrinas, artigos científicos e a legislação. No desenvolver deste trabalho apresenta-se o conceito dos dados pessoais no meio digital, as formas de tratamento, a proteção caracterizada pelo consentimento, dados sensíveis e princípios, bem como a importância dos dados pessoais na contemporaneidade. Destaca-se a definição de direito à privacidade, a proteção constitucional subdividida em fundamento e titularidade, a privacidade no meio digital e a eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Verifica-se, ainda, em que hipóteses a utilização de dados pessoais caracteriza-se lesão ao direito à privacidade, por meio de aspectos legais em vigor, com atenção ao Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. São mencionados pontos relevantes sobre a dignidade da pessoa humana e exemplos de decisões judiciais condizentes com o tema. Como resultado da presente pesquisa monográfica, ficou demonstrado que há possibilidade de lesão ao direito à privacidade nos termos das leis vigentes no país, quando não houver a utilização e o tratamento adequado dos dados pessoais.

Palavras-Chave: Dados Pessoais. Privacidade. LGPD.

DIREITO À NACIONALIDADE ITALIANA AO ADOTADO POR RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

Acadêmica: Ingrid Machado Mayer Cargnin

Orientadora: Milene Pacheco Kindermann

Examinador: Maurício Daniel Monçons Zanotelli

Examinador: Paulo da Silva Filho

E-mail: ingrid.machadocargnin@gmail.com

Resumo: Esta monografia de conclusão de curso teve como objetivo analisar se é possível a transmissão da nacionalidade italiana de origem pela relação de parentesco socioafetiva, visto que no ordenamento jurídico brasileiro, onde se estabelece a relação de parentesco por esta via, não há distinção entre filhos naturais, adotivos ou reconhecidos por relação socioafetiva, instituindo a relação de filiação entre pais de nacionalidade italiana e seus filhos concebidos no Brasil por alcance da lei italiana. Esta pesquisa classifica-se como bibliográfica e documental, de natureza exploratória, e de abordagem qualitativa. Por meio da análise dos dados levantados, verificou-se que, como o ato do reconhecimento socioafetivo é equiparado, no Brasil, à adoção, sendo este realizado em consonância às normas dispostas no ordenamento brasileiro, conclui-se que deve ser reconhecido na Itália, considerando que os filhos socioafetivos de italianos passam a usufruir dos mesmos direitos e deveres dos filhos adotivos dos italianos, em uma espécie de adoção internacional, sendo dentre estes a aquisição da nacionalidade pelo modo *jus sanguinis*, caso o filho socioafetivo seja menor de idade, ou pelo modo de naturalização, caso este seja maior de idade.

Palavras-chave: Cidadania. Nacionalidade. Direitos Humanos. Direito Internacional Privado.

A MANUTENÇÃO DA IMPENHORABILIDADE DA CONTA POUPANÇA APÓS O FALECIMENTO DO TITULAR DA CONTA

Acadêmico: Isaac Barufardi Nedeff

Orientador: Henrique Barros Souto Maior Baião

Examinador: Júlio Cesar Marcellino Junior

Examinador: Dagliê Colaço

E-mail: isaacb.nedeff@hotmail.com

Resumo: Este trabalho procura analisar a divergência jurisprudencial acerca da manutenção da impenhorabilidade da quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de quarenta salários mínimos (art. 833, X, do Código de Processo Civil), após o falecimento do executado, titular da conta. O método de abordagem utilizado é o de pensamento dedutivo. O método de procedimento, por sua vez, é monográfico, mediante técnica de pesquisa bibliográfica, com base em legislações, doutrinas e julgados. Os argumentos a favor da relativização são a adoção, pelo ordenamento jurídico brasileiro, do princípio da saisine (art. 1.784 do Código Civil), segundo o qual o patrimônio deixado pelo falecido transfere-se imediatamente aos herdeiros com a abertura da sucessão; e a finalidade da norma, em virtude de que, após falecimento do executado, a intenção de proteger uma reserva econômica mínima para o sustento do executado e de sua família, não mais subsistiria. Ao final, após a análise da divergência jurisprudencial e com fulcro no art. 1.784 do Código Civil, conclui-se pela possibilidade de relativização da impenhorabilidade nesses casos, uma vez que, após o falecimento do executado, titular da conta, a quantia depositada em conta poupança passaria a integrar o acervo hereditário.

Palavras-chave: Impenhorabilidade. Poupança. Saisine.

REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL PARA RESPONSABILIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DE GRUPO ECONÔMICO

Acadêmico: Isabela Egger Hartmann de Oliveira

Orientador: Hercílio Emerich Lentz

Examinador: Hernani Luiz Sobierajski

Examinador: Cândida de Oliveira Tasso

E-mail: isabelah.oliveira@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho de pesquisa monográfico objetiva elucidar sobre o redirecionamento da execução fiscal e suas hipóteses de responsabilização tributária dos grupos econômicos. Utiliza-se, para isso, o método de pensamento dedutivo, que se inicia pela definição de obrigação e responsabilidade tributária como base para adentrar ao conceito de grupo econômico, explorando o que ele representa e como pode ser identificado no âmbito do direito tributário. Para então demonstrar que a falta de legislação específica sobre grupo econômico não impede que seja aplicado ao direito tributário. Elucidando que sua configuração pode se dar em sede de execução fiscal. Ainda, descreve as hipóteses de responsabilização tributária dos grupos econômicos com fulcro no Código Tributário Nacional. Para, por fim, delimitar, por meio de pesquisa jurisprudencial, o cabimento do redirecionamento da execução fiscal – em contrapartida ao Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica – a fim de atribuir responsabilidade tributária ao grupo econômico reconhecido, o qual não foi incluído na Certidão de Dívida Ativa.

Palavras-chave: Responsabilidade tributária. Grupo econômico. Redirecionamento da execução fiscal.

TELETRABALHO: A INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO III DO ARTIGO 62 DA CLT E A EXCLUSÃO DOS TELETRABALHADORES DA LIMITAÇÃO DE JORNADA

Acadêmico: Isabella Rocha Dupim

Orientador: Carolina Giovannini Aragão de Santana

Examinador: Patrícia Santos e Costa

Examinador: Anily Felisbino Abreu

E-mail: isadupimm@gmail.com

Resumo: O presente trabalho monográfico versa sobre o cenário do teletrabalho e a inconstitucionalidade do inciso III do artigo 62 da CLT e a exclusão dos teletrabalhadores da limitação de jornada. Utiliza-se, para isso, o método de pensamento dedutivo, de procedimento monográfico, com técnicas de pesquisa bibliográfico, de abordagem qualitativa, em razão da exposição de legislação, doutrinas, artigos científicos, periódicos e sites oficiais. Para melhor entendimento do tema, contextualiza-se o teletrabalho, com um breve estudo de cada modalidade, a fim de chegar ao objetivo principal da pesquisa. Em sequência, apresentou-se os princípios constitucionais, mais específicos, os que são aplicáveis ao direito do trabalho. Ainda, tratou-se da exclusão do teletrabalhador na jornada de trabalho, apresentando possíveis possibilidades para haver o controle de jornada, e a exclusão da imitação de jornada frente aos princípios constitucionais. Por fim, verificou-se diante das tecnologias presentes atualmente, a possibilidade do controle da jornada de trabalho dos teletrabalhadores, portanto, o artigo que restringe o direito às horas extras, é contrária à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Palavras-chave: Teletrabalho. Princípios constitucionais. Possibilidade de controle de jornada.

A POSSIBILIDADE DE EXECUTAR A PENA DISCIPLINAR APLICADA A SERVIDOR PÚBLICO JÁ APOSENTADO E QUE RETORNA AO SERVIÇO PÚBLICO

Acadêmico: João Otávio Caminha

Orientador: Henrique Barros Souto Maior Baião

Examinador: Júlio César Marcellino Júnior

Examinador: Dagliê Colaço

E-mail: jotacaminha@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa objetivou verificar a possibilidade de executar a pena disciplinar aplicada ao servidor público já aposentado e que retorna ao serviço público, após regular tramitação do processo punitivo. Para realizar este estudo, cujo procedimento é monográfico e a natureza é qualitativa, utilizou-se o método de abordagem de pensamento dedutivo, empregando-se a técnica de pesquisa bibliográfica. Assim, foram apresentados os conceitos relacionados às noções gerais da Administração Pública, sua estrutura, os poderes que possui e os princípios que a norteiam. Em seguida, procedeu-se a abordagem dos tipos de procedimentos disciplinares existentes no ordenamento jurídico pátrio, sendo demonstrado o rito processual e os princípios que lhes são aplicáveis. Ainda, tem-se que foram expostas as penalidades disciplinares previstas na legislação e o prazo prescricional para finalizar o processo e aplicar a sanção. Por fim, concluiu-se que, caso ocorra a aposentadoria do servidor no curso do procedimento administrativo disciplinar, a reprimenda que lhe foi regularmente imposta, desde que distinta da cassação de aposentadoria, apenas pode ser executada materialmente se o infrator retornar ao serviço público no ente que aplicou a penalidade.

Palavras-chave: Administração Pública. Processo Administrativo Disciplinar. Penalidade.

DA EXPECTATIVA À REALIDADE: A APLICAÇÃO DA MEDIDA PROTETIVA DE LIMITE MÍNIMO DE DISTÂNCIA ENTRE VÍTIMA E AGRESSOR NA LEI MARIA DA PENHA

Acadêmico: Juliana Ramos de Aquino

Orientador: Rodrigo Indalencio Vilela Veiga

Examinador: Eliana Becker

Examinador: Paulo Roberto Sandrini

E-mail: julianaramosaquino@gmail.com

Resumo: A presente monografia discute o que a Lei Maria da Penha prevê e dispõe em relação às medidas protetivas de urgência, com foco na medida protetiva de limite mínimo de distância entre vítima e agressor, a fim de demonstrar se a realidade de tal medida, corresponde aos objetivos propostos por essa legislação, na proteção e combate à violência doméstica no Brasil. Para isso, foi pesquisada a afirmação do poder dos homens sobre as mulheres ao longo da história, os avanços e as conquistas legais da mulher no ordenamento jurídico brasileiro, bem como a violência perpetrada contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. Foi observado que apesar de haver uma legislação que protege as mulheres, muitas desconhecem os seus direitos e as medidas protetivas que podem requerer caso se encontrem em situação de violência doméstica e familiar. Além disso, a demora na concessão e a falta de fiscalização das medidas pelos órgãos competentes faz com que a agredida continue submetida à violência mesmo depois de comunicada a infração penal. Pela pesquisa monográfica, é possível inferir que as medidas protetivas de urgência, em especial a de limite mínimo de distância entre vítima e agressor, não correspondem às expectativas elencadas na Lei Maria da Penha quando aplicadas na realidade brasileira. Apesar das medidas protetivas representarem um meio importante no combate à violência no âmbito doméstico, a Lei 11.340/2006 necessita de avanços no que se refere às redes de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, na qualificação dos profissionais, na realização de políticas públicas adequadas, assim como na eficaz e efetiva fiscalização das medidas protetivas deferidas.

Palavras-chave: Medidas protetivas de urgência. Lei Maria da Penha. Violência doméstica.

MANUTENÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA FAMÍLIA NATURAL OU EXTENSA: LIMITES E EXCESSOS QUE PODEM AFETAR O PLENO EXERCÍCIO DO DIREITO FUNDAMENTAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Acadêmica: Laís Vieira Lima

Orientador: Rodrigo Barreto

Examinador: Klauss Correa de Souza

Examinador: Jean Marcel Roussenaq

E-mail: la.is.lima@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar se a manutenção da criança e do adolescente na família natural ou extensa pode afetar o pleno exercício do direito fundamental à convivência familiar. A natureza da pesquisa quanto ao nível, é exploratória e, tocante à abordagem, qualitativa. O procedimento utilizado para a coleta de dados classifica a pesquisa como bibliográfica e documental. Concluiu-se com o presente trabalho monográfico que o vetusto critério da consanguinidade, adotado pela Lei Nacional de Adoção (BRASIL, 2009), é um grande entrave ao pleno exercício do direito à convivência familiar daqueles infantes afastados de sua família natural, tendo em vista que o fator tempo/idade é crucial no êxito das adoções no Brasil. Assim, entende-se que para uma eficaz garantia do direito das crianças e dos adolescentes de terem uma família, é essencial que seja utilizado o critério da razoabilidade quando analisado o caso concreto, pois não se olvida que a família natural seja o melhor lugar para que o infante seja criado e educado, contudo, é preciso atentar-se ao fato de que as infrutíferas tentativas de re colocação na família biológica podem afetar permanentemente o direito fundamental à convivência familiar desses sujeitos em desenvolvimento.

Palavras-chave: Adoção. Adolescentes. Crianças. Família.

OS EFEITOS PRÁTICO-PROFISSIONAIS DA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE: A COMPREENSÃO DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL SOBRE A ABREVIÇÃO DO LAPSO TEMPORAL EM DETRIMENTO DA SATISFAÇÃO PROCESSUAL

Acadêmica: Larissa Esser da Silva

Orientador: Leonardo Martins Fornari

Examinadora: Patrícia de Oliveira França

Examinadora: Dagliê Colaço

E-mail: lariesser@gmail.com

Resumo: O presente trabalho versa sobre a estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. O objetivo é identificar os efeitos desse instituto por meio das convicções doutrinárias e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Por essa razão, será primeiramente analisado o surgimento dos provimentos tutelares, no ordenamento jurídico brasileiro. Posteriormente serão examinadas as particularidades inerentes às tutelas de natureza acautelatória e satisfativa, assim como seus aspectos procedimentais. No terceiro capítulo serão abordadas as questões práticas relacionadas ao requerimento que dá origem a estabilização, como também, serão expostos com enfoque os efeitos prático-profissionais projetados pela doutrina e jurisprudência brasileiras da técnica em questão. O método de abordagem escolhido é o dedutivo, pois parte de um estudo geral, afinado a concepções específicas, de modo que possui natureza qualitativa, e o procedimento é monográfico, dado que a pesquisa é voltada à compreensão de determinados fatos, tendo por base o estudo minucioso e contextualizado de um objeto. A técnica de pesquisa é bibliográfica, com base na doutrina, legislação e jurisprudência. Conclui-se, com o estudo realizado, que os efeitos prático-profissionais da estabilização da tutela satisfativa antecedente, em alguns pontos se coincidem no entendimento jurisprudencial e na concepção doutrinária, de modo que os mais relevantes a serem apontados são: a efetivação do direito pretendido pelo autor em tempo reduzido, a desobstrução das vias judiciais, a extinção do feito sem resolução de mérito e o efeito negativo relativo a discussão sobre a desconstituição do instituto por meio mera impugnação.

Palavras-chave: Tutela antecipada antecedente. Efeitos. Estabilização.

A (IN)EFICÁCIA DA LEI Nº 11.340/06 NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC

Acadêmica: Letícia Ferreira Camilo

Orientador: Paulo Calgaro Carvalho

Examinadora: Maria Lucia Pacheco Ferreira Marques

Examinador: Denis de Souza Luiz

E-mail: leticiaferreiracamilo@gmail.com

Resumo: Este estudo tem por objetivo abordar a Lei nº 11.340/06 e sua (in)eficácia no município de Florianópolis/SC, levando em conta os números de casos de violência doméstica contra a mulher, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2018, constatando se houve diminuição ou aumento destes casos neste período. Como metodologia, utilizou-se o método de abordagem dedutivo. Primeiramente busca-se explicitar os motivos determinantes para a escolha de tal tema para realização de um trabalho de conclusão de curso. Em seguida é apresentado o contexto histórico para a criação da lei, as causas e as consequências da violência doméstica contra a mulher. Após, parte-se para uma síntese dos principais temas da lei. Por fim, é analisado os dados de situações reais acerca da violência doméstica nos últimos quatro anos no município de Florianópolis, as políticas públicas existentes e a (in)eficácia da lei perante os recentes índices de violência no referido município. A partir das informações obtidas, concluiu-se que a Lei Maria da Penha não tem sido eficaz na diminuição da violência doméstica contra as mulheres no presente município. Constatou-se ainda que o número de procedimentos instaurados tem aumentado consideravelmente o que mostra uma luta constante do Estado para que seja mudado este panorama.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Violência Doméstica Contra a Mulher. Vítimas.

TESTAMENTO VITAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Acadêmica: Luiza da Silva Sena

Orientadora: Janaína Carvalho de Souza

Examinadora: Graziela Maria Casas Blanco

Examinador: Régis Schneider Ardenghi

E-mail: sena_luiza@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho monográfico tem por escopo a análise do instituto do testamento vital, espécie de diretiva antecipada de vontade, tendo como objetivo garantir que a vontade do paciente em estado vegetativo ou terminal seja concretizada sob o prisma da dignidade da pessoa humana e autonomia da vontade. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu diversos princípios fundamentais, dentre eles, o direito à vida e a dignidade da pessoa humana, que se mostram intrinsecamente ligados, porém, verifica-se que em determinadas situações, principalmente aquelas que versam sobre o fim da vida, esta relação pode entrar em conflito. Com o avanço da medicina prolongou-se o evento morte, submetendo pacientes à obstinação terapêutica, sem que o mesmo possa expressar o seu consentimento ou recusa, não possuindo mais autonomia sobre a sua vida, dado ao estágio avançado da doença. Assim, buscou-se trazer uma reflexão sobre o impasse encontrado do direito à vida, no uso de métodos artificiais para o seu prolongamento a qualquer custo, frente ao direito do paciente de ter uma morte com dignidade. Para este estudo, foi utilizado o método dedutivo, que consiste em uma pesquisa explicativa, empregou-se a técnica de pesquisa bibliográfica, baseada em doutrinas, artigos, revistas, legislação, bem como jurisprudência acerca do tema.

Palavras-chave: Testamento vital. Morte digna. Autonomia privada. Dignidade da pessoa humana.

CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO ILEGAL DE ÁRBITROS NOS PROCESSOS DE ARBITRAGEM ESTRANGEIRA

Acadêmica: Luiza Rodrigues Zim

Orientadora: Milene Pacheco Kindermann

Examinador: Klauss Corrêa de Souza

Examinador: Rodrigo Barreto

E-mail: zim.luiza@gmail.com

Resumo: Esta monografia teve como objetivo analisar se é cabível que se impetre mandado de segurança contra decisão ilegal proferida por árbitros em arbitragem estrangeira que fira direito líquido e certo. A pesquisa pode ser classificada, quanto ao nível, como exploratória; quanto à abordagem, como qualitativa; e quanto ao procedimento de coleta de dados, como documental e bibliográfica. O corpus do presente trabalho consistiu nas bibliográficas citadas e na análise das leis que tratam do tema, escolhidas por meio de amostra não probabilística por conveniência, são elas: Lei n. 9.307/96 (Lei de Arbitragem) e a Lei 12.016/09 (Lei do Mandado de Segurança). Verificou-se o descabimento do mandado de segurança contra decisão ilegal proferida por árbitros em arbitragem estrangeira quando impetrado pelas partes, sendo cabível, no entanto, a impetração por terceiro prejudicado. Em síntese, se entende cabível o remédio heroico impetrado por terceiro prejudicado, não anuente do compromisso arbitral, em sendo o ato do árbitro ou Tribunal Arbitral lesivo ao direito líquido e certo do impetrante.

Palavras-chave: Mandado de Segurança. Direito Internacional Privado. Arbitragem e Sentença.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PARA O FORNECIMENTO DE TRATAMENTO E MEDICAMENTO

Acadêmica: Manoela Vasco da Silva

Orientadora: Patrícia Rodrigues de Menezes Castagna

Examinador: Denis de Souza Luiz

Examinadora: Dagliê Colaço

E-mail: manoela_vascosilva@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo verificar a responsabilidade civil do Estado no descumprimento de decisão judicial para o fornecimento de tratamento e medicamento. Utilizar-se-á, para tanto, o método dedutivo, de procedimento monográfico, com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente aborda-se os princípios constitucionais e o direito fundamental à saúde, sua conceituação e suas principais características, discorrendo-se sobre a aplicação dos princípios constitucionais no direito fundamental à saúde. Ainda, há a abordagem da separação e divisão entre poderes e a competência orçamentária da União, os Estados, Distrito Federal e dos Municípios. Verifica-se responsabilidade civil do Estado, sua evolução histórica e as teorias de responsabilidade estatal, findando-se o episódio com a breve explanação sobre a teoria do risco integral, do risco administrativo e a teoria da reserva do possível. Após, aborda-se a responsabilidade civil do Estado no descumprimento de decisão judicial para o fornecimento de tratamento e medicamentos, momento em que se apresentou entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade do Estado ante onexo causal e o entendimento jurisprudencial acerca da não responsabilidade do Estado diante do nexo causal e a culpa ou dolo do agente público. Verifica-se, ao final, que há entendimento jurisprudencial no sentido de responsabilizar o Estado por danos sofridos por paciente que teve demora em receber medicamento ou tratamento de saúde já concedido por ordem judicial, devendo a Administração Pública proceder a devida indenização e, também há entendimento no sentido de que não houve responsabilidade do Estado quando da omissão em fornecer medicamento ou tratamento de saúde a paciente que já teve seu direito reconhecido por ordem judicial, o entendimento jurisprudencial, nos dois sentidos, baseia-se no nexode causalidade, fator este, determinante para a responsabilização ou não do Estado e a sua conseqüente reparação.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil do Estado. Medicamento ou tratamento de saúde 2. Direito fundamental à saúde.

POSSIBILIDADE DE INSCRIÇÃO NOS QUADROS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB) E INIDONEIDADE MORAL EM RAZÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Acadêmica: Mayara de Sousa Alano

Orientador: Lauro José Ballock

Examinador: Erivelton Alexandre de Mendonça Fileti

Examinador: Michel Medeiros Nunes

E-mail: mayaraalano@hotmail.com

Resumo: O objetivo do presente trabalho monográfico é analisar a possibilidade da inscrição do requerente nos quadros da OAB por inidoneidade moral em razão de violência contra a mulher, discorrendo acerca da Súmula n.º 09 do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). A natureza da pesquisa, quanto ao nível, foi exploratória e, no que se refere a sua abordagem, qualitativa. O procedimento utilizado para a coleta de dados foi documental e bibliográfico. Foi possível constatar uma divergência na doutrina acerca do trânsito em julgado na esfera criminal para que possa haver o impedimento da inscrição nos quadros da OAB, bem como a ausência de uma definição a respeito da inidoneidade moral e do crime infamante. Confundem-se, muitas vezes, os procedimentos a serem adotados, quando da inidoneidade praticada pelo requerente à inscrição e quando da inidoneidade praticada por advogado, bem como o procedimento quando o crime ou o crime infamante é praticado pelo requerente à inscrição e quando o crime ou crime infamante é praticado por advogado. Conclui-se que a Súmula n.º 09, editada para proporcionar maior estabilidade ao ordenamento jurídico e auxiliar na interpretação de casos semelhantes, deixa grandes lacunas com determinados termos utilizados em sua redação, mais precisamente quanto aos conceitos de inidoneidade moral e crime infamante, bem como os seus procedimentos, pois tanto o Estatuto da Advocacia, quanto o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) não definem tais conceitos, podendo gerar uma aplicação desacertada ou abusiva para uma das partes.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres. Advocacia como profissão. Ética.

O INSTITUTO DA INTERDIÇÃO COM O ADVENTO DA LEI Nº 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015

Acadêmica: Maria Eliza da Silva Campos

Orientadora: Gisele Martins Rodrigues Goedert

Examinadora: Patrícia de Oliveira França

Examinador: Denis de Souza Luiz

E-mail: mariaelizacampos@gmail.com

Resumo: O presente estudo tem como escopo apresentar o instituto da Interdição sob o enfoque da Lei nº 13.146/2015 que instituiu uma série de modificações significativas. Para tanto, aborda-se inicialmente o instituto da personalidade e da capacidade, bem como a identificação do rol das incapacidades previsto no Código Civil brasileiro. Em um segundo momento, apresenta-se o instituto da curatela e as pessoas à ela sujeitas, e da interdição, as pessoas legitimadas a promover o seu requerimento, e o procedimento adotado para a sua decretação. Por fim, são apresentadas as efetivas alterações e os reflexos trazidos pela Lei nº 13.146/2015 ao ordenamento jurídico brasileiro, os direitos fundamentais dos portadores de deficiência, as alterações promovidas no regulamento da capacidade civil, o novo instituto de proteção chamado de tomada de decisão apoiada e demais alterações promovidas pela lei no que toca a outros aspectos civis, como a prescrição, decadência, matrimônio e responsabilidade civil. Para tanto, o método de pesquisa aplicado é o pensamento dedutivo, partindo da personalidade e capacidade, com a abordagem dos institutos da curatela e interdição, para chegar às alterações promovidas pela Lei nº 13.146/2015. Assim, sendo considerados plenamente capazes de exercer os atos da vida civil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, como assim é chamada, visa o exercício integral dos direitos e liberdades fundamentais inerentes a todo e qualquer ser humano, independentemente se deficiente ou não, sobretudo sendo-lhe possibilitada a vida em sociedade, sem a aplicação de qualquer distinção.

Palavras-chave: Capacidade civil. Interdição. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

ANÁLISE DO PLEA BARGAINING E SUA VIABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO FACE AOS PREPONDERANTES PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS BRASILEIROS

Acadêmico: Pedro Augusto Silva Canabarro

Orientador: Maria Lúcia Pacheco Ferreira Marques

Examinador: Priscila de Azambuja Tagliari

Examinador: Everson Becker Silva

E-mail: canabarro.pedro@unisul.br

Resumo: O presente artigo tem como proposta analisar o instituto jurídico do *plea bargaining*. O foco da pesquisa será sobre a verificação da compatibilidade do modelo de justiça criminal negocial oriundo dos Estados Unidos da América com os mais relevantes princípios constitucionais brasileiros. O método de procedimento é monográfico em virtude de buscar o resultado da pesquisa através do estudo das condições sociais que caracterizam a realidade do tema. A técnica de pesquisa será bibliográfica, uma vez que será subsidiada por leis, doutrinas, jurisprudências e artigos científicos. Abordar-se o conceito de *plea bargaining* com diferentes enfoques. Evolução e alguns importantes aspectos históricos são mencionados na pesquisa. Apresenta-se as vantagens e desvantagens atribuídas ao *plea bargaining* e na sequência busca-se compreender os seus fundamentos. O trecho do projeto de lei nº 882/2019, que pretende introduzir os preceitos do *plea bargaining* no Brasil é avaliado. A delação premiada e a transação penal dialogam com a barganha criminal. A existência de julgados que citam o objeto de estudo pelos Tribunais brasileiros também se verifica. A inconstitucionalidade e incompatibilidade das práticas da barganha criminal com a Constituição Federal da República Federativa do Brasil é discutida.

Palavras-chave: *Plea bargaining*. Análise. Incompatibilidade. Princípios. Constituição.

CONSTITUCIONALIDADE DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE DEPENDENTES QUÍMICOS

Acadêmico: Rafael Nivaldo Porto da Rosa

Orientadora: Tania Maria Francosi Santhias

Examinador: João Batista Silva

Examinadora: Eliana Becker

E-mail: rafaelporto176@gmail.com

Resumo: O presente trabalho verificou a constitucionalidade da internação compulsória de dependentes químicos. Para tanto, enfatizou os aspectos essenciais relativos à matéria abordada: internação compulsória, dependência química, capacidade civil do dependente químico, direitos e garantias fundamentais e a definição de constitucionalidade da medida de internação compulsória. Nesse sentido, portanto, foram estabelecidos como objetivos específicos do presente trabalho: i) identificar a capacidade civil do dependente químico, bem como sua reinserção social; ii) verificar a legislação regente da internação compulsória, além dos princípios, direito e garantias relativos ao assunto; iii) exposição da (in)constitucionalidade da internação compulsória, identificando, nesse contexto, a teoria da reserva do possível e do mínimo existencial, essenciais para a compreensão da responsabilidade estatal para com o dependente químico. Ademais, valeu-se de um método de abordagem, quanto ao pensamento, dedutivo; quanto à natureza, qualitativa. Ainda, utilizou-se a técnica de pesquisa bibliográfica. Por fim, chegou-se à conclusão de que a internação compulsória é constitucional, dado que em acordo com os direitos e garantias constitucionalmente albergados.

Palavras-chave: Internação Compulsória. Dependente químico. Constitucionalidade.

O RECONHECIMENTO DA FISSURA LABIOPALATINA COMO DEFICIÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Acadêmico: Raphael Espindola

Orientadora: Sâmia Mônica Fortunato

Examinador: Rodrigo Lunardelli

Examinador: Denis de Souza Luiz

E-mail: raphael.espindola@hotmail.com

Resumo: O objetivo desta monografia é verificar a possibilidade de reconhecer a fissura labiopalatina como deficiência no ordenamento jurídico brasileiro, utilizando-se do método dedutivo e do estudo bibliográfico para realização da pesquisa. Visando alcançar o objetivo do presente trabalho, iniciou-se o desenvolvimento com o estudo da deficiência em seu sentido amplo, verificando a sua conceituação, evolução histórica e o seu respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Após, houve o aprofundamento na fissura labiopalatina, trazendo a conceituação, classificação e etiologia da anomalia, além das consequências e do tratamento para reabilitação do paciente. Ainda, houve a verificação dos modelos sociais e médicos de caracterização da deficiência, incluindo o modelo adotado pelo Brasil e a sua correlação com a fissura labiopalatina. Além disso, houve a busca de entendimentos jurisprudenciais e projetos de lei sobre o tema, corroborando para o sucesso da pesquisa. Com isso, concluiu-se que há a possibilidade do reconhecimento da fissura labiopalatina como deficiência no ordenamento jurídico brasileiro, com base no modelo social de caracterização da deficiência.

Palavras-chave: Fissura labiopalatina. Deficiência. Modelo social.

DIREITO TRIBUTÁRIO AMBIENTAL – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DOS INCENTIVOS FISCAIS. ANÁLISE DE CASO CONCRETO: INCENTIVOS FISCAIS NAS CAPITAIS SALVADOR E FLORIANÓPOLIS

Acadêmico: Renan Isidoro Avila

Orientadora: Tânia Maria Françosi Santhias

Examinadora: Dagliê Colaço

Examinador: João Batista da Silva

E-mail: renanavilaisidoro@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca analisar a relação havida entre meio ambiente e qualidade de vida, assim como abordar os resultados da extração dos recursos naturais como forma de fomento à economia. A pesquisa também analisa a eficiência da legislação ambiental brasileira e aponta alternativa que permita maior proteção ao meio ambiente, apresentando como uma opção viável e de maior resultado os incentivos fiscais. O método de abordagem utilizado na presente pesquisa fora o dedutivo. A natureza do método de abordagem é a qualitativa e quantitativa. Fora utilizado o método de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como fonte doutrinas, artigos científicos, matérias jornalísticas e legislação brasileira. O Estado possui ferramentas tributárias como meio de regulação do comportamento econômico e social, podendo estimular ou desestimular um ato por meio do aumento ou isenção total ou parcial de um tributo. Nesta pesquisa analisa-se a utilização dos incentivos fiscais como meio de proteção do meio ambiente e estímulo para o desenvolvimento sustentável. O incentivo tributário por meio de seu efeito extrafiscal contribui para uma atuação mais efetiva no tocante à proteção do meio ambiente quando comparada à lei ambiental nacional, tendo em vista que o incentivo fiscal possui como objetivo atuar antes que ocorra o dano ao meio ambiente, enquanto a lei ambiental possui seu foco em responsabilizar e punir os agentes poluidores.

Palavras-chave: Incentivos Fiscais. Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável.

APLICAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA TEMPORÁRIA AOS IMIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES QUANTO À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Acadêmico: Rodolfo Cúrcio Locatelli

Orientador: Milene Pacheco Kindermann

Examinador: Carla Aparecida Marinho Borba

Examinador: Agenor de Lima Bento

E-mail: rodolfocurcio@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo analisar como a aplicação da autorização de residência temporária aos imigrantes venezuelanos no Brasil implica na garantia aos direitos humanos dos mesmos. Para o desenvolvimento do estudo foi utilizado o método de abordagem qualitativo, quanto ao nível de profundidade, a pesquisa foi exploratória e, por fim, o procedimento utilizado para a coleta de dados foi bibliográfico e documental. Após a pormenorizada análise de temas relacionados à migração e refúgio, restou elucidado que a aplicação da autorização de residência temporária, em consonância com a Resolução Normativa n. 126/2017 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), a Portaria Interministerial n. 9/2018, a Portaria Interministerial n. 15/2018, a Portaria Interministerial n. 2/2019, e a Portaria Interministerial n. 07/2019, bem como com as demais normas internas e internacionais competentes, garante o respeito aos direitos humanos dos venezuelanos em território brasileiro, haja vista possuir um processo célere para regularização da presente desses imigrantes no Brasil visando o gozo dos direitos elencados por meio da Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017). Não obstante, concluiu-se que a autorização de residência temporária, embora atualmente garanta os direitos humanos dos imigrantes venezuelanos, apresenta-se como uma medida precária, eis que pode ser revogada de forma simples e sem apresentação de justificativa. Assim, a medida mais adequada aos imigrantes venezuelanos no Brasil é o reconhecimento do status de refugiados dos mesmos a fim de respeitar o procedimento célere correspondente ao caráter urgente da situação, conforme artigo 45, caput, do Estatuto dos Refugiados (Lei n. 9.474/1997).

Palavras-chave: Direitos humanos. Refugiados. Venezuela.

EXECUÇÃO PENAL E PROGRESSÃO DE REGIME: DEFINIÇÃO DA DATA-BASE À LUZ DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.461/SC DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Acadêmico: Rodrigo de Quadros Guidi

Orientador: Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga

Examinador: Eliana Becker

Examinador: Everson Becker Silva

E-mail: rodrigoguidi@tjsc.jus.br

RESUMO: O objetivo central desta pesquisa é identificar o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça – STJ, com fulcro no Recurso Especial nº 1.557.461/SC, acerca da definição do marco inicial (data-base) para a contagem dos prazos necessários à progressão de regime nos processos de execução penal, especialmente nos casos de superveniência de trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Para tanto, o método utilizado é o da abordagem dedutiva, partindo-se dos principais conceitos relacionados à execução das penas. Após, apresenta-se algumas das controvérsias relacionadas à progressão de regime e seus requisitos, como no caso do concurso de crimes comuns e hediondos, progressão por salto e penas superiores a 30 anos. Demonstra-se, outrossim, os reflexos da falta grave na alteração do termo a quo para a progressão de regime, bem como a possibilidade de o apenado usufruir do referido benefício antes do trânsito em julgado. Conclui-se, ao final, após o estudo jurisprudencial, que o entendimento do Tribunal Superior é no sentido de não considerar o trânsito em julgado da sentença penal como influenciador na fixação da data-base, valendo-se, para tanto, a última prisão ou falta grave ocorrida no processo, o que ocorrer posteriormente.

Palavras-chave: Execução penal. Progressão de regime. Data-base.

A TUTELA DO DIREITO À HERANÇA DIGITAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO À LUZ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Acadêmico: Rodrigo Petry

Orientadora: Tânia Maria Françosi Santhias

Examinadora: Dagliê Colaço

Examinador: João Batista da Silva

E-mail: ropetryy@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa tratou da herança digital, verificando a possibilidade da tutela do direito à herança digital no ordenamento jurídico pátrio a luz dos direitos de personalidade, especificamente, a possibilidade de herança de contas das redes sociais. O tema herança digital enquadrado na moldura de pesquisa Justiça e Sociedade é consideravelmente recente e passou a ser discutido após a evolução tecnológica que resultou em mudanças no modo que as pessoas interagem e regem seus relacionamentos sociais. É sabido que a herança digital não possui uma situação regulamentada ou mesmo prevista pelo código civil brasileiro em vigência, contudo já é fato, e deste modo foi possível verificar a viabilidade de sua tutela no ordenamento jurídico pátrio a luz dos direitos de personalidade. Os direitos de personalidade, por sua vez são aqueles ativos e necessários para a adequada formação e preservação da personalidade do indivíduo. Os objetivos propostos foram verificar se existe a possibilidade de uma conta de rede social ser considerada uma herança digital no ordenamento jurídico brasileiro, em contraste direto com os direitos de personalidade e compreender o instituto da herança digital na presente sociedade assim como refletir sobre a importância da tutela da herança digital no direito brasileiro. Foi trago também a origem dos direitos de personalidade e o modo que as empresas usam atualmente para "regular" em suas políticas o que irá acontecer no caso de falecimento do usuário de uma rede social. O estudo trouxe resultados que apontam para a necessidade de que o direito se adapte as atualizações que a sociedade sofre em decorrência de novas tecnologias, pois esta área existe para respaldar o meio social, portanto, deveria estar acompanhando a passos largos todos os progressos, pois se estiver defasado, acabará perdendo sua finalidade. Por fim, a herança digital ainda precisa evoluir, sendo que essa construção exige novos estudos científicos que tragam à tona a importância dessa temática e os impactos que esse atraso da legislação traz para o Direito brasileiro.

Palavras-chave: Herança digital. Direitos de personalidade. Direito digital. Redes Sociais.

FAKE NEWS: LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE

Acadêmico: Samuel Maricato Ribeiro

Orientadora: Tânia Maria Françosi Santhias

Examinadora: Dagliê Collaço

Examinador: João Batista da Silva

E-mail: samu.m.ribeiro@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo a identificação da limitação da responsabilidade civil em casos de divulgação de *fake news* (notícias falsas). Para esse fim, buscando base teórica para o entendimento do objeto central, fora apresentado o conceito de responsabilidade civil, as suas espécies e seus requisitos. Em seguida, apresentou-se o conceito de *fake news*, a sua ocorrência na sociedade desde os primórdios da sociedade, mas que ganhou grande relevância com o advento da internet e aumento dos meios de comunicação e difusão de notícias. Foi tratado, ainda, da relação entre as notícias falsas, os direitos à informação e liberdade de expressão, e a imprensa, grande responsável pela veiculação de informações e responsável pela busca da verdade. Ainda, a inovação das novas agências de checagem de fatos na luta contra as *fake news*, meios utilizados pelos sites, redes sociais e imprensa na busca da verdade. Por fim, a título de informação, foram apresentadas as ações utilizadas para a responsabilização civil e penal em casos de divulgação de notícias falsas, e a limitação prevista na legislação, os projetos de lei em tramitação que têm como objeto o tema proposto, e a aplicação pela jurisprudência da responsabilização civil nesses casos. Ao final, concluiu-se que, levando em conta os requisitos da responsabilização civil, o autor das notícias deve ser responsabilizado, bem como o veículo de informação caso aquele seja preposto deste, sendo vedada a responsabilização civil dos provedores de internet, salvo em caso de descumprimento de decisão judicial que ordene a retirada dos conteúdos.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. *Fake news*. Limitação.

A AUTOEXECUTORIEDADE DO PODER DE POLÍCIA NAS ORDENS DEMOLITÓRIAS

Acadêmico: Stephanie Yoko Sato Ribeiro

Orientador: Henrique Barros Souto Maior Baião

Examinador: Júlio Cesar Marcellino Júnior

Examinador: Dagliê Colaço

E-mail: stephanie.ysr@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é demonstrar a autoexecutoriedade do Poder de Polícia nas ordens demolitórias. Para tanto, utiliza-se o método de abordagem de pensamento dedutivo e de natureza qualitativa, o método de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica e documental. A fim de cumprir com o objetivo estabelecido, o trabalho inicia com a apresentação das noções gerais da Administração Pública, momento em que aborda a sua organização, bem como, os princípios e poderes norteadores da atividade administrativa. Após, discorre sobre o Poder de Polícia, com enfoque nos elementos que se destacam no momento da ordem demolitória, principalmente a característica da autoexecutoriedade. Em seguida, analisa o processo administrativo do qual decorrem as ordens demolitórias e verifica, por meio de análise de julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), a existência do interesse de agir de entes políticos nas ações de demolição. Por fim, conclui que, apesar do entendimento majoritário do STJ e do TJSC quanto à possibilidade do ingresso da Administração Pública com ações demolitórias, esta apresenta todos os meios para autoexecutar as ordens sancionatórias de demolição.

Palavras-chave: Poder de Polícia. Autoexecutoriedade. Ordem demolitória.

OS GOVERNOS MILITARES E O PODER JUDICIÁRIO: UM ESTUDO SOBRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)

Acadêmico: Thiago Henrique Elias

Orientador: Solange Büchele S. Thiago

Examinador: Danielle Maria Espezim dos Santos

Examinador: Eliane Luiz Espíndola de Souza

E-mail: thiago henrique6.6@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo estudar a relação e influência dos Governos Militares no Poder Judiciário, com foco no Supremo Tribunal Federal durante a Ditadura Militar (1964-1985). O método de abordagem da pesquisa foi o dedutivo e de natureza qualitativa, já o método de procedimento foi o monográfico, histórico e comparativo mediante pesquisa bibliográfica e estudo da legislação pertinente sobre o assunto. São tratados temas como o papel do Estado, o princípio da separação dos Poderes, os princípios da independência e imparcialidade dos juizes, a história e formação do STF, processo de indicação, aprovação, aposentadoria e impeachment dos Ministros, bem como a atuação da Corte durante o Regime Militar. Constatou-se que a Ditadura Militar influenciou a atuação do Poder Judiciário e, especificamente, o STF, seja intervindo diretamente no Supremo com a modificação do número de membros, restringindo a sua atuação e as suas competências, aposentando compulsoriamente Ministros até a nomeação de novos membros simpáticos ao Regime. Com todas limitações e cerceamentos impostos o STF ficou desprovido de Poder político, transformando-se em um enfeite institucional que existia apenas para manter as aparências de que não se vivia num Estado de exceção. Essa influência transcendeu a Ditadura Militar, considerando que Ministros empossados pelos militares permaneceram por quinze anos após o fim do período ditatorial e continuaram a influenciar as decisões do STF no período democrático.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Supremo Tribunal Federal. Estado. Princípio da Separação dos Poderes.

A PERICULOSIDADE UTILIZADA COMO PRESSUPOSTO LEGAL NA MANUTENÇÃO DO AGENTE COM TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL NAS INSTITUIÇÕES PENAIS BRASILEIRAS

Acadêmico: Victoria Valentini Muccelin

Orientador: Priscila de Azambuja Tagliari

Examinador: Eliana Becker

E-mail: victoriamuccelin@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo estudar a utilização da periculosidade como pressuposto legal na manutenção do agente com transtorno de personalidade antissocial (TPA) nas instituições penais brasileiras. Para tanto, utiliza-se do método de abordagem dedutivo qualitativo, com procedimento monográfico, e das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A fim de alcançar o objetivo proposto, aborda-se os conceitos atinentes aos transtornos de personalidade (TPs), com foco no TPA e suas particularidades, incluindo causas, características e formas de tratamento. Na sequência, são tecidas considerações a respeito da responsabilidade penal, tratando da inimputabilidade, semi-imputabilidade e imputabilidade. Por fim, destaca-se a responsabilidade penal do indivíduo com TPA, trazendo, ainda, noções sobre a periculosidade criminal e a análise de dois casos envolvendo a manutenção de sujeitos que ostentam tal condição, em instituições de moldes penais, em virtude da periculosidade. Conclui-se que, em que pese exista a necessidade de afastar os indivíduos de alta periculosidade do meio social, é preciso que haja um espaço diferenciado e adequado como abrigo, diferente de um estabelecimento penal.

Palavras-chave. Transtorno de personalidade antissocial. Responsabilidade penal.

POSSIBILIDADE JURÍDICA-CONSTITUCIONAL DE SUBSTITUIR AGENTES PÚBLICOS POLÍTICOS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Acadêmico: Vilso Elizeu de Moraes Junior

Orientador: Alexandre Botelho

Examinador: Fabiano Zoldan

Examinador: Marcelo Naschenweng

E-mail: vilsoelizeumoraesjunior@gmail.com

Resumo: O presente trabalho pretende verificar a possibilidade jurídica-constitucional de substituir agentes públicos políticos por inteligência artificial no âmbito da Administração Pública. A fim de engendrar um quadro teórico congruente, identificou-se agente público e suas variadas espécies existentes no ordenamento jurídico pátrio; conceituou-se os princípios constitucionais-administrativos expressos na Constituição da República Federativa do Brasil e sua relação com inteligência artificial; bem como, conceituou-se inteligência artificial e explanou-se a maneira como é usada atualmente na esfera jurídica e administrativa pública. Para tanto, lançou-se mão de um método de abordagem, em relação ao pensamento, dedutivo; em relação à natureza, qualitativo. A técnica utilizada foi a bibliográfica. Por fim, concluiu-se que a substituição de agentes políticos como representantes do povo é incabível, por ser inteligência artificial coisa, contudo, verificou a possibilidade de usar a inteligência artificial em detrimento de humanos como auxiliar na tomada de decisão administrativa, em especial quanto a políticas públicas, além de ser ferramenta hábil para a realização de atos administrativos, tanto de competência vinculada quanto discricionária.

Palavras-chave: Agente Político 1. Administração Pública 2. Inteligência Artificial 3.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE

Acadêmico: Vinícius Matheussi Alves

Orientador: Carolina Giovannini Aragão de Santana

Examinador: Patrícia Santos e Costa

Examinador: Aliny Felisbino Abreu

E-mail: viniciusmtalves@gmail.com

Resumo: A Lei 13.647/2017 introduziu na legislação trabalhista a possibilidade de empregados e empregadores celebrarem uma nova modalidade de contrato de trabalho, chamada de contrato de trabalho intermitente, a qual possui como característica a realização da prestação de serviços de forma descontínua. Ocorre que essa nova forma de contratação dos empregados sofre críticas acerca de sua observância aos direitos sociais e princípios trabalhistas previstos na Constituição Federal. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é verificar, por meio de pesquisa bibliográfica, se o contrato de trabalho intermitente pode ser considerado inconstitucional por ferir os direitos sociais e os princípios trabalhistas previstos na Constituição Federal, sendo empregado o método de abordagem dedutivo e qualitativo. Nesta senda, o presente trabalho apresenta noções acerca do Direito do Trabalho, tido como um sistema de proteção ao empregado contra abusos dos empregadores, expõe a importância dos princípios para o Direito, os conceitos dos princípios constitucionais da proteção, da irrenunciabilidade, da continuidade e da irredutibilidade salarial e dos direitos sociais garantidos aos trabalhadores pela Constituição Federal para, ao final, verificar a constitucionalidade da pactuação do contrato de trabalho intermitente. Por fim, conclui-se que o contrato de trabalho intermitente está em consonância com a Constituição Federal, uma vez que não gera a diminuição da proteção ao empregado ou se trata de retrocesso no que diz respeito aos direitos trabalhistas, tendo em vista que a jornada de trabalho intermitente pode oferecer benefícios tanto para os empregadores quanto para os empregados.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Direito Constitucional. Contrato de trabalho intermitente.